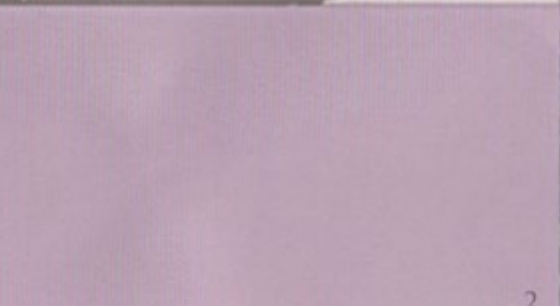




MULHERES IMIGRANTES E REFUGIADAS E A LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SÃO PAULO



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
POLÍTICAS PARA AS
MULHERES
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA



AGRADECIMENTOS AS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS:

CAMI

ELAS POR ELAS

EQUIPE DE BASE WARMIS - CONVERGÊNCIA DE CULTURAS

FRENTE DE MULHERES IMIGRANTES E REFUGIADAS

IADA ÁFRICA

PAL - PRESENÇA DA AMÉRICA LATINA

PROJETO SI, YO PUEDO

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	7
PRÉ-CONFERÊNCIAS TEMÁTICAS DE MULHERES IMIGRANTES.....	8
5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES..	11
VII FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DAS MIGRAÇÕES - 2016.....	12
SEMINÁRIO MULHERES IMIGRANTES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SÃO PAULO - 2016.....	13
ENDEREÇOS.....	23



APRESENTAÇÃO

A participação das mulheres imigrantes e refugiadas nos espaços de discussão de políticas públicas municipais é um marco histórico na construção das políticas de gênero na cidade de São Paulo. A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres – SMPM através da Coordenação de Participação e Controle Social e da Assessoria de Ações Temáticas teve como uma das iniciativas principais o fomento de ações para o fortalecimento do protagonismo político das mulheres imigrantes e refugiadas em sua gestão.

Em 2015 foi realizado o primeiro Seminário “Mulheres Imigrantes e Acesso às Políticas Públicas” onde mulheres imigrantes, representantes de entidades civis e secretarias do governo municipal abriram a discussão de como pautar as questões de gênero nas variadas áreas com o recorte migratório. A partir desta iniciativa a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres – SMPM aprimorou o diálogo com os movimentos de mulheres imigrantes e conseguiu realizar a primeira Pré Conferência Temática de Mulheres Imigrantes e refugiadas, no mês de agosto de 2015. Na sequência foram realizados encontros e reuniões para que se garantisse o maior número de mulheres na Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres realizados em setembro de 2015, onde pela primeira vez contou com mulheres imigrantes como delegadas municipais e consequentemente também como delegadas para a Conferência Estadual e Nacional, garantindo a discussão da pauta das mulheres imigrantes nos diferentes eixos temáticos.

Diante destas primeiras conquistas a SMPM, em parceria com a Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, realizou o Seminário Mulheres Imigrantes e Refugiadas e Políticas Públicas na Cidade de São Paulo no mês de julho de 2016 com o intuito de elencar os desafios do processo migratório – com o recorte de gênero - e as pautas do movimento de mulheres imigrantes e refugiadas para a promoção de boas práticas na gestão das políticas públicas municipais. O 7º Fórum Social Mundial das Migrações, organizado e realizado pela sociedade civil com o apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, em julho de 2016, contou com a participação organizada da Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas de São Paulo. Na abertura deste Fórum foi sancionada pelo Prefeito Fernando Haddad a Lei Municipal 16.478/2016, importante conquista para a população imigrante e refugiada na garantia dos direitos universais e da participação social na elaboração de políticas públicas na cidade.

Esta cartilha é um breve histórico deste processo tão rico e transformador que promove a transversalidade da temática da migração, da participação social e do diálogo da sociedade civil com o poder público para as mudanças necessárias para se garantir mais acesso e direitos para a população de mulheres imigrantes e refugiadas que enriquecem o debate democrático da cidade de São Paulo.

Boa leitura!

PRÉ-CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE MULHERES IMIGRANTES

Mulheres Imigrantes

O cenário das migrações no Brasil sofreu mudanças importantes, com ampliação nos últimos anos em quantidade e diversidade, resultando em migrações que vão desde ao fluxo de imigrantes da América Latina, passando por caribenhas e africanas. As violações dos direitos humanos dessas imigrantes estão presentes desde a saída do país de origem e durante todo o processo migratório

São muitos os desafios para atender essa realidade. Além da necessidade de ações e promoção de políticas para essa população, há a necessidade de permanente diálogo do poder público para garantir direitos..

Em São Paulo, há uma atuação histórica dos movimentos de imigrantes e um fluxo ampliado das migrações. Nesse sentido, em 2013, o prefeito Fernando Haddad criou a Coordenação de Políticas para Migrantes, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), que tem como função formular políticas de caráter permanente e universal para essa parcela da população.

Nisso insere-se o desafio de ampliar as ações existentes e pautar em todas as áreas do serviço público municipal a questão da mulher imigrante na cidade, principalmente no que diz respeito a seu acesso a informações básicas e serviços nas áreas de saúde, educação e geração de renda. As diretrizes das políticas públicas prioritárias para as mulheres imigrantes são:

Propostas para Mulheres Imigrantes

- Formação/ Capacitação de funcionários públicos de Hospitais e UBS, sobre a peculiaridade das diversas culturas que buscam atendimento (idioma e conhecimentos culturais).
- Realizar palestras informativas sobre a saúde da mulher.
- Garantir o Pré – Natal e parto humanizado para mulheres imigrantes na rede de Saúde do SUS
- Garantir tratamento e prevenção da tuberculose.
- Formação/ Capacitação para professores e funcionários públicos da educação sobre os direitos das imigrantes.
- Criar programa de combate à discriminação da diversidade cultural e xenofobia nas escolas.
- Criar e melhorar a rede de informação sobre onde fazer denúncias sobre violência doméstica contra a mulher.
- Enfrentar e prevenir o tráfico de mulheres e de drogas, uma vez que São Paulo faz parte da rota mundial de tráfico de seres humanos.
- Atenção e orientação legal para a imigrante em situação de cárcere e da gestante em situação prisional
- Incentivar e garantir a regularização de documentos.
- Criar e fomentar cursos de língua portuguesa para mulheres imigrantes.
- Fortalecer rede de informações dirigidas para a população de mulheres imigrantes sobre direitos

trabalhistas.

- Incentivar e fomentar a criação de cooperativas e de economia solidária.
- Capacitar os profissionais de saúde e educação em direitos da população imigrante, para acolhimento e respeito de acordo com as novas leis sobre a população imigrante.
- Garantir políticas públicas de promoção da autonomia econômica, trabalho e desenvolvimento, com acesso à educação e escolas estaduais e municipais nos finais de semana.
- Fiscalizar as condições de trabalho das mulheres imigrantes.
- Promover o trabalho digno para mulheres imigrantes e enfrentar todas as formas de trabalho precarizado ou análogo ao escravo.
- Garantir acesso ao ensino fundamental, médio e universitário.
- Garantir políticas de capacitação profissional dos serviços públicos, de saúde e educação para acolhimento e atendimento humanizado às crianças migrantes negras.
- Criação do Centro de Apoio ao Trabalho para a população Imigrante – CAT Imigrante que oriente a população imigrante sobre direitos trabalhistas.
- Criar casa de parto humanizado para mulheres migrantes.
- Criar de Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante.
- Criar Lei Municipal que institui no calendário oficial da cidade a “Semana da(o) Imigrante”.
- Criar espaços de recreação e lazer que garantam a promoção da interculturalidade das imigrantes.
- Criação de Centro de Referência da Mulher Imigrante para atendimento de mulheres vítimas de violência.

Eixo 1: Autonomia Econômica, Trabalho e Desenvolvimento

- Valorizar e formalizar políticas de trabalho digno e decente das mulheres imigrantes, consolidando também mecanismos estatísticos sobre a quantidade de mulheres imigrantes e filhas/os de imigrantes, para a criação de políticas mais adequadas.
- Formar / capacitar professores e funcionários/as públicos da educação nas escolas com maior assistência de imigrantes ou filhas/os de imigrantes.
- Elaborar legislação municipal de cotas que garantam a contratação de mulheres com deficiência, negras, indígenas, imigrantes, idosas e jovens.

Eixo 3: Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos

Garantir acesso ao SUS e saúde integral para todas as mulheres imigrantes, bem como a partir do mapeamento regional que houvesse nas regiões com maior concentração de mulheres imigrantes profissionais que falassem idioma nativo dessas mulheres para possibilitar seu acesso ao serviço.

- Promover e garantir modelo de atenção à saúde, com equipe sensibilizada e focada no cuidado

adequado das populações, sabidamente negligenciada, como mulheres negras, lésbicas, transexuais, imigrantes e indígenas. (nas 3 esferas de governo). Instalar uma UPA na região do Pari.

- Implementar políticas públicas de saúde ocupacional para as mulheres, inclusive as imigrantes.

Eixo 4: Direito a Cidade e Mobilidade

- Garantir acesso à moradia para mulheres imigrantes, dando a mulher o direito a titularidade.
- Garantir as mulheres imigrantes serem atendidas com seus documentos de origem RNE (orientar os profissionais sobre a LEI).

Eixo 5: Enfrentamento à Violência

- Implementar política de enfrentamento ao abuso sexual e infantil sofrido pelas mulheres e crianças imigrantes.
- Realizar ações de enfrentamento à situação de tráfico da população (mulheres) imigrantes.
- Realizar formação / capacitação para as funcionárias das Delegacias de Defesa da Mulher, para ampliar o atendimento das mulheres imigrantes, sobre as especificidades de raça, etnia e nacionalidades (idioma e conhecimentos culturais).

Eixo 7: Cultura e Comunicação Não Sexista

- Promover editais da secretaria de Cultura para valorização da arte desenvolvida por mulheres, com recorte de raça/etnia, geração e imigrantes.



5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Eixo Educação e Gênero:

- Promoção do acesso e a permanência de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, imigrantes, indígenas, de comunidades tradicionais, em áreas de demarcação rural e em situação de encarceramento).
- Promoção de políticas para redução do analfabetismo feminino, em especial entre as mulheres acima de 50 anos, negras e indígenas e imigrantes. Promoção do acesso e a permanência de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, prestando particular atenção a grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, imigrantes, indígenas, de comunidades tradicionais, em áreas de demarcação rural e em situação de encarceramento).
- Promoção de políticas para redução do analfabetismo feminino, em especial entre as mulheres acima de 50 anos, negras e indígenas e imigrantes.

Eixo Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos:

- O racismo é um dos determinantes sociais da saúde. Nesse sentido, a adoção de medidas que levem em conta as especificidades das mulheres negras, indígenas e imigrantes é fundamental para superar as desigualdades raciais na saúde.
- Criação de equipamentos específicos de atendimento em saúde com atenção nas particularidades onde haja maior incidência de atendimento às mulheres em situação vulnerável: mulheres negras, lésbicas, imigrantes, com deficiências, (por exemplo criação de UBSs de referência para imigrantes, casa de parto com atendimento intercultural).



VII FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DAS MIGRAÇÕES - 2016

Um dos seis eixos temáticos do FSMM foi dedicado a discussão sobre " Migração, Gênero e Corpo". Diversas atividades autogestionadas foram realizadas com o objetivo aprofundar temas como: "mulheres migrantes: a luta pelo reconhecimento como sujeitas de direito; mulheres refugiadas, condições de abrigo e mudanças socioculturais; condições de trabalho, cooperativismo e economia solidária; saúde: dificuldades, conquistas e desafios nacionais e internacionais; mulheres em situação de prostituição: vítimas ou trabalhadoras do sexo?; Direitos sexuais e reprodutivos: conhecimento, práticas e acesso aos serviços de atendimento; migração de crianças e adolescentes; migração da população LGBT: (Des)criminalização da diversidade sexual no mundo; População LGBT e (Im)possibilidades laborais; Ser LGBT e refugiado: dificuldades e resistências; políticas de saúde para a população LGBT: possibilidades, avanços e desafios. Turismo sexual; etc."

Disponível em: <http://www.fsmm2016.org/index.php/pt-br/eixos-tematicos-port/eixos-tematicos>



É importante destacar que a atuação organizada da Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas foi fundamental para incluir a pauta da categoria gênero e a definição, na Declaração Final do Fórum, da cota mínima de 50% de participação de mulheres nos próximos Fóruns Sociais Mundiais de Migrações. Segue abaixo a texto original da Declaração: "Eixo 3: Migração, gênero e corpo A luta contra o silenciamento da situação que afeta as mulheres migrantes e a ausência de políticas públicas que garantam seus direitos marcaram o debate. Se a população migrante já tem seus direitos reduzidos, as

mulheres migrantes são ainda mais invisíveis, dada a naturalização das opressões sistêmicas as quais estão expostas. Exigimos, portanto, o fim da colonização dos nossos corpos, que se expressa por meio de múltiplas opressões, como: a desvalorização do trabalho feminino; a violência doméstica, obstétrica e psicológica; o tráfico de imigrantes, o tráfico com fins de exploração sexual e laboral; a imposição da heteronormatividade, entre outras causas que configuram uma indústria de exploração dos imigrantes. Diante deste cenário, é fundamental o reconhecimento do protagonismo e do empoderamento das mulheres, a formulação de políticas públicas que reconheçam a especificidade das relações de gênero associadas aos fluxos migratórios contemporâneos, desde uma perspectiva de gênero ampliada que inclua também a população LGBTTT, considerando os Princípios de Yogyakarta. Da mesma forma, em cada fórum, um mínimo de 50% de participação das mulheres imigrantes e refugiadas, respeitando a diversidade de etnia, nacionalidade e dissidência sexual e de gênero serão garantidas para assegurar a visibilidade e implementação de espaços para elas, tanto na Comissão Organizadora, Comitê Local Comitê Internacional e Conferências, como em todos os órgãos deliberativos para contribuir para as decisões e a construção do Fórum.”

Disponível em: http://www.fsmm2016.org/images/Documentos/Doc_Portugues/declaraoportugus.pdf



SEMINÁRIO MULHERES IMIGRANTES E POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SÃO PAULO - 2016

O Seminário Mulheres Imigrantes e as Políticas Públicas na Cidade de São Paulo foi realizado em julho de 2016 e foi a oportunidade de gestoras(es) de políticas públicas e mulheres imigrante e entidades que se preocupam com o recorte de gênero tiveram para assinalar os desafios e o balanço do processo de participação das mulheres imigrantes nos espaços de participação social como fóruns, conselhos e conferências. Mulheres de Angola, da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, da República Democrática do Congo, do Peru, da Argentina, do Chile, de Cuba, de Burkina Faso e da Guiné Bissau estiveram representando seus coletivos e suas bandeiras de militância. Neste dia, dialogamos, refletimos e debatemos coletivamente sobre as dificuldades que as mulheres imigrantes e refugiadas têm vivenciado o respeito da inserção no mercado laboral, atendimento no serviço de saúde pública, da inserção escolar e homologação de títulos, do direito de moradia digna e promoção da diversidade cultural e produção artística imigrante. Este seminário foi composto de uma mesa de abertura com representantes das diversas secretarias municipais e seguido de 3 painéis que deram destaque às mulheres lideranças imigrantes e coletivos independentes.

O seminário contou com alguns painéis de discussão e a presença de mulheres imigrantes e refugiadas, representantes das diferentes nacionalidades presentes, falando sobre as diversas intersecções dos marcadores sociais da diferença dentro dos processos migratórios: gênero, imigração, refúgio, questões raciais, discriminação, xenofobia, entre outros.

1º Painel Gênero no contexto da imigração



Da direita pra esquerda: María Ileana - Universidade de La Habana (Cuba), Elisabete Silvério – Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Oriana Jara – PAL - Presença América Latina (Chile) e Claudia Patrícia Luna – Advogada/ ONG Elas Por Elas.



Da direita pra esquerda: Nádya Ferreira - Iada África (Guiné-Bissau), Jobana Moya – Equipe Base Warmis Convergência de Culturas (Bolívia), Lúcia Udemezue – Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres, Hortense Mbuyi - Advogada Social (República Democrática do Congo) e Maricela Cardona – CAMI (Colômbia)

3º Painel "Frente das mulheres imigrantes"



Da direita pra esquerda: Rocio Del Pilar Frente de Mulheres Imigrantes (Peru), Abigail Kaboe (Burkina Faso) e Soledad Requena Spyer (Peru)

O Seminário Mulheres Imigrantes e as Políticas Públicas na Cidade de São Paulo contou com a apresentação do manifesto da Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas de São Paulo. Seguido da divisão em 5 Grupos ou Eixos Temáticos de debate, com o objetivo de levantar as principais demandas e propostas a partir da vivência das imigrantes e refugiadas. Foram registrados pelas mulheres algumas das percepções pessoais quanto suas vivências como imigrante e refugiadas no país, como por exemplo: indignação, frustração, angústia, desumanização, desorientação, tristeza, preocupação, racismo, discriminação, oportunismo, ausência de informação, não reconhecimento e injustiça.

Um dos grandes problemas diagnosticados por elas é que não existe um diagnóstico de toda a população imigrante e refugiada, em especial sobre as necessidades das mulheres. Esse fato dificultaria as possibilidades de conhecer, entender e dar solução a esta problemática, já que são etnias e culturas diversas que de fato influem nas oportunidades laborais, principalmente em um país no qual o racismo é ainda muito evidente.

As propostas a seguir servem como um registro fundamental dentro do diagnóstico das demandas das mulheres de diferentes comunidades imigrantes e refugiadas em São Paulo. As mulheres presentes destacaram a necessidade e apoio para a elaboração de políticas transversais que fomentem o diálogo constante entre as diversas instâncias institucionais municipais: educação, saúde, economia, trabalho, etc.. Pois, imigrantes e refugiados estão sujeitos a muitas formas de discriminação e exclusão que envolve um aprofundamento da questão migratória nessas diferentes dimensões sociais. Também, ressaltada a importância de incentivar o acesso a informação rápida e oportuna, e contar com atendimentos humanizados e respeitosos para que imigrantes e refugiados possam se integrar à sociedade paulistana de maneira digna.

Eixo I Trabalho

Objetivos:

Neste grupo encontramos que muitas de nós temos experiência em diversas áreas, que temos conhecimentos técnicos, tecnológicos e até profissionais, adquiridos em nossos países de origem, mas que o mercado laboral formal não reconhece. Por isso, vemos-nos frequentemente limitadas a exercer profissões mal remuneradas e de pouca qualificação, informais e/ou desrespeitando nossos direitos trabalhistas. Como por exemplo empregos relacionados à limpeza, cozinha e cuidado do lar (labores tradicionalmente designadas a nós mulheres, que continuam reproduzindo as iniquidades entre os gêneros e que limitam nossas possibilidades de ascensão social). A inserção social passa também pela inserção laboral. Sem oportunidades dignas de emprego é difícil pensar em progresso da população e melhores condições de vida. Não queremos um olhar paternalista, também não somos uma ameaça, queremos oportunidades, queremos reconhecimento, queremos uma vida digna.

E, concluímos que para que as mulheres imigrantes e refugiadas possam ter uma autonomia econômica e portanto, melhores condições de vida, é necessário criar oportunidades reais que levem em conta as condições das mulheres, os saberes, conhecimentos e experiências laborais constituídas em seus países de origem.

Propostas:

- Apoio à criação de empreendimentos de trabalhadoras independentes de microempresas, a partir de capacitações e empréstimos com facilidades tanto na solicitação (documentação e requisitos) como no pagamento.
- Incentivar o associativismo entre as empreendedoras para compartilhar experiências empresariais que possam promover redes de apoio comunitárias.
- Garantir suportes multilíngues sobre o funcionamento e as particularidades laborais do mercado de trabalho na cidade, com relação ao desenho de um currículo, como apresentar uma entrevista, etc., levando em conta que apresentamos diversas diferenças culturais.
- Promover formações específicas em diversas áreas técnicas e profissionais para a população imigrantes e refugiada na cidade, com o fim de fortalecer a rede de apoio sobre o mercado de trabalho e ampliar a mobilidade profissional dos mesmos.
- No caso de revalidação de estudos, muitas não conhecem os processos de homologação, os custos são extremamente altos, a documentação solicitada é difícil de obter nos respectivos consulados, os processos nas instituições são demorados, e ainda assim podem facilmente negar o pedido sem nenhum tipo de garantia. Por tudo isso, demandamos a flexibilização das exigências curriculares nas contratações laborais e incentivar o reconhecimento da qualificação profissional concluídas nos nossos países de origem.
- Promover a criação de creches com horários integrais, já que as mulheres imigrantes e refugiadas não contam com redes familiares de apoio para cuidar do seus filhos e por isso dependemos de outras alternativas para poder trabalhar e/ou estudar.
- Criar um sistema de cotas para a contratação de imigrantes e refugiados, respeitando o recorte de gênero, nos aparatos públicos municipais que atendem a esta população.
- Incentivar o diálogo e promover a sensibilização nas áreas de recrutamento das empresas e acompanhar os processos de contratação, para garantir que o perfil e experiência das imigrantes e refugiadas seja levado em conta nos postos de trabalho, e que os nossos direitos trabalhistas sejam respeitados.
- Continuar com a fiscalização contínua e permanente de empresas para cuidar que todos os direitos sejam garantidos, assim como os canais de denúncia trabalhista estejam de fácil acesso, com o fim de ter um apoio visível e constante para evitar sofrer qualquer tipo de exploração e violência no âmbito laboral.

Eixo II Saúde

Objetivos:

O SUS promove a inserção, mas não promove efetivamente o reconhecimento e a diferença cultural, necessária para a humanização no atendimento. Porém, é importante colocar que apoiamos plenamente

os princípios e diretrizes do SUS como o direito à saúde universal com equidade e integralidade e nos unimos na luta pela sua defesa e continuidade. Nós, mulheres imigrantes e refugiadas lutamos por uma saúde sem fronteiras!

As vivências das próprias imigrantes e refugiadas mostram os problemas no atendimento e acolhida na cidade. A não escuta é um fato quase permanente no atendimento, tanto pelo médico como pelos agentes de saúde; o entendimento cultural da mulher a respeito do seu corpo não é frequentemente considerado nos procedimentos clínicos.

No Brasil, o racismo institucional é uma realidade social que afeta a muitas mulheres negras e indígenas. A cor/raça/etnia, classe social e o sotaque -no caso das mulheres imigrantes e refugiadas- são muitas vezes avaliados antes mesmo de avaliar os motivos médicos da consulta, transformando a diferença em uma situação de desigualdade e de constrangimento. Também, os altos índices de violência, o tráfico de pessoas e o turismo sexual no país são problemas que afetam em especial a este grupo. Por isso, a área de saúde deve promover espaços de discussão e educação permanente que permita atender de forma intercultural e humanizada estas especificidades, combatendo qualquer forma de violência institucional.

*Queremos um atendimento humanizado com uma escuta qualificada, que é um direito nosso e precisa ser reconhecido.

Propostas:

- Promover a preparação das/dos profissionais de saúde para a compreensão de outras línguas, inclusive com a utilização de ferramentas que os auxiliem, já que o despreparo tem gerado nas usuárias a impotência de não serem entendidas, as vezes sendo tratadas aos gritos ou até mesmo não conseguindo o atendimento.
- Promover a preparação da área de recepção das unidades de saúde sobre o atendimento as/aos usuários imigrantes e refugiados, a fim de uniformizar o procedimento e requisitos de cadastramento do cartão SUS, dando prioridade para o Pré-Natal de mulheres grávidas, o atendimento de crianças e/ou pessoas com doenças crônicas ou portadores de deficiência imigrantes e refugiadas.
- Continuar com a formação e sensibilização dos servidores e trabalhadores da saúde, de forma permanente e constante, sobre saúde intercultural e fluxos migratórios. Assim, incentivar a valorização da diversidade e diferentes cosmovisões do cuidado com o corpo, erradicando as situações de violência durante o atendimento e casos recorrentes de racismo e xenofobia institucionais.
- Mediação Intercultural, com a inclusão de profissionais imigrantes e refugiados (as) nas equipes multidisciplinares, como por exemplo: a contratação de imigrantes e refugiados como Agentes Comunitários de Saúde, que já vem sendo feita.
- Criar uma Casa-Escola de Parto Intercultural.
- Criar um Centro-Escola de Referência de Saúde Intercultural, onde se realizem pesquisas e mo-

delos de atendimento à Saúde das/dos Imigrantes e Refugiados (as). Inclusive, sobre a falta de pesquisas relacionadas com a temática de migração e, em especial, a saúde mental e emocional no processo migratório.

- Realizar campanhas de combate à violência sexual, tráfico de pessoas e trabalho escravo de forma permanente e itinerante, em diversos idiomas, envolvendo a movimentos de imigrantes ou relacionados com a temática de imigração e refúgio.
- Incorporação de conteúdos relacionados com saúde intercultural, imigração e refúgio nas grades curriculares dos treinamentos da rede municipal de saúde, a fim de elaborar ferramentas e técnicas para articulações locais com público atendido.

Eixo III Educação

Objetivos:

Em relação às expressões de xenofobia nos mais diversos universos educacionais vivenciadas por imigrantes e refugiados (as), notam-se os resquícios da discriminação por diferenças étnicas, raciais e de gênero, e etc., no Brasil. Um exemplo é a desistência de muitos jovens (imigrantes e descendentes da 1ª geração) do Ensino Médio da rede pública, devido às expressões de xenofobia por parte de docentes e discentes. Nesse sentido, consideramos importante trabalhar os temas relacionados aos processos identitários nas instituições de ensino municipais.

Ainda, imigrantes e refugiadas/os enfrentam muitas dificuldades em relação à burocracia nas instituições educacionais. O sistema de registro escolar dificulta o acesso à educação e encarece à inclusão. Além de RG, CPF, uma simples certidão de nascimento, a revalidação de históricos escolares, tradução de documentos e boletins escolares são alguns dos exemplos de documentos que, a depender da situação econômica e/ou de regularização, podem impedir esse acesso.

Por último, além da discriminação institucional, os imigrantes e refugiadas/os que não sabem a língua portuguesa enfrentam grandes dificuldades cotidianas e na sua trajetória profissional/educacional.

Propostas:

- Execução de um senso focal para o mapeamento do perfil e demandas das populações imigrantes e refugiadas na cidade de São Paulo.
- Criação de um observatório que acompanhe a efetivação das políticas públicas inclusivas e de combate à discriminação étnico transnacional, para as populações imigrantes e refugiadas, em todas as instâncias da administração pública municipal.
- Inclusão de pessoas imigrantes e refugiadas em todas as instâncias administrativas municipais.
- Incentivar e promover a participação e representação das crianças, jovens e adultos imigrantes e refugiadas/os para que eles façam parte dos espaços educacionais de decisão, em todas as

instâncias educacionais municipais, tais como: conselhos e grêmios de escola, assembleias, reuniões pedagógicas, etc.

- O reconhecimento de atos xenófobos, sejam praticados por docentes e/ou discentes contra quem quer que seja, em todas as instâncias educacionais municipais, já que normalmente são tratados apenas como situações de Bullying.
- Formular e incentivar uma educação não-formal e popular, em todas as instâncias educacionais municipais, como ferramenta de: empoderamento cidadão para imigrantes e refugiadas/os, preservação e promoção das expressões culturais e da memória coletiva destas populações.
- Reforçar nas políticas públicas de inclusão o reconhecimento da dimensão intercultural das comunidades imigrantes e refugiadas, em todas as instâncias municipais.
- Difundir e trabalhar a formulação dos currículos escolares e materiais didáticos sem delimitações culturais, elaborando conteúdos que incluam as particularidades culturais das comunidades imigrantes e refugiadas, em todas as instâncias municipais.
- Pautar, em todas as instâncias educacionais municipais, que a educação seja libertadora, contra hegemônica e multicultural, com o fim de promover um Estado multicultural e inclusivo através da educação.
- Criação de um único órgão público e gratuito que se responsabilize pelos processos de revalidação de diploma e currículo escolar, a fim de garantir a homogeneização dos processos de homologação, a inclusão de imigrantes e refugiadas/os que queiram dar continuidade aos seus estudos (em quaisquer níveis), o direito à educação e o reconhecimento da qualificação profissional dos imigrantes e refugiadas/os, sem precisar passar por processos aleatórios, caros, demorados e burocráticos aos quais estão sujeitos hoje nas instituições de ensino.
- Flexibilização da documentação exigida nas instâncias educacionais municipais quanto aos documentos de identificação que os imigrantes e refugiados tenham disponíveis, sem necessidade de tradução juramentada, seja em situação de irregularidade (passaportes, certidões de nascimento, etc.), espera pelo documento definitivo/permanente (protocolos, solicitações de refúgio, etc), ou em situação de regularidade (RNE).
- A garantia do ensino instrumental público e gratuito da língua portuguesa para as populações imigrantes e refugiadas, em todas as instâncias municipais.

Eixo IV Habitação

Objetivos:

A inclusão e integração de imigrantes e refugiados passa também pela dimensão do direito à moradia digna. Em vista disso, os fluxos de especulação imobiliária e os interesses privados do mercado imobiliário na cidade se apresentam como mais um fator de exclusão social para esta população.

Assim, entendemos que o envolvimento do poder público municipal é fundamental na promoção e implementação de políticas públicas inclusivas e transversais para a população imigrante quanto à moradia.

Propostas:

- Garantir a participação e representatividade de imigrantes e refugiados no Conselho Municipal de Habitação e promover diálogos periódicos a fim de esclarecer as possibilidades de acesso aos planos habitacionais da cidade.
- Garantir a institucionalização de locais de referência para a acolhida e o abrigo emergencial da população imigrante em todas as regiões da cidade
- Garantir a flexibilização de critérios documentais para o cadastro dos imigrantes, como por exemplo o CAD Único..
- Incluir no próximo Plano Plurianual (PPA) verba específica para a população imigrante, devido aos diversos marcadores sociais de diferença que nos colocam dentro das categorias de vulnerabilidade social. Dando prioridade para imigrantes recém chegados, que estejam aguardando solicitação de refúgio; famílias, mulheres com filhos e/ou grávidas; resgatados de trabalho escravo análogo à escravidão; vítimas de tráfico de pessoas; vítimas de violência doméstica; pessoas indocumentadas que já esgotaram todos os meios de regularização. Considerando que estes critérios não poderão excluir àqueles dos perfis de prioridade já traçados nos cadastros de assistência social e habitação, por exemplo.
- A Secretaria Municipal de habitação deverá incluir nos Planos de Habitação da cidade, como o Programa de Minha Casa Minha Vida, a população imigrante e refugiada dentro dos perfis de prioridade no atendimento e cadastramentos.

Eixo V Cultura

Objetivos:

Cultura é um conceito bastante amplo que em algumas ocasiões associa-se com uma manifestação especificamente folclórica da nossa tradição. Sabemos que cada pessoa e comunidades são possuidoras de saberes que expressam sua própria experiência, ao migrar nos trasladamos com os nossos costumes, visões de mundo que compartilhamos e mantemos como forma de preservar a nossa origem. Por esta razão, queremos nos referir a Cultura no seu sentido antropológico, no que diz respeito ao humano, todo o que vivenciamos no nosso cotidiano, reconhecendo a diversidade referente às culturas. Infelizmente o nosso eixo não teve tanto interesse e participação quanto os outros, no entanto, no final da experiência quando fomos chamadas para socializar as nossas propostas, a maioria dos eixos falaram e enunciaram as palavras cultura e interculturalidade, mostrando o quanto a Cultura está inserida na realidade de qualquer situação, principalmente para nós mulheres

imigrantes e refugiadas que trazemos a nossa cultura conosco e não podemos expressá-la pela falta de abertura dos espaços culturais da cidade e nos parece que compartilhamento é a cada dia mais importantes.

Propostas:

- Garantir a valorização da diversidade cultural e a participação social das populações imigrantes e refugiadas na elaboração de políticas públicas e nos programas de apoio e incentivo cultural e artístico da Secretaria Municipal de Cultura.
- Promover a equidade e a inclusão de imigrantes e refugiadas/os, tendo como princípio de política afirmativa municipal de cultura o reconhecimento das intercepções raciais, étnicas, de gênero, de território e/ou de classe nas populações imigrantes e refugiadas, que estas políticas devem garantir.
- Flexibilizar os critérios de identificação para a participação de imigrantes e refugiadas/os nos editais de fomento à cultura e arte da Secretaria Municipal de Cultura. Assim como, valorizar e incluir o trabalho artístico realizados nos países de origem pelas/os imigrantes e refugiadas/os, dentro dos critérios de seleção para esses editais.
- Combater o preconceito xenófobo nos espaços de cultura e lazer municipais, fortalecendo e incentivando a ocupação desses espaços pelas populações imigrante e refugiada.
- Dar suporte, apoio e orientação para o desenvolvimento de trabalhos e iniciativas de diversas culturas e nacionalidades, nas suas diversas linguagens, promovendo formações específicas para estas populações.
- Fortalecer a produção e articulação das/os imigrantes e refugiadas/os em relação a arte e cultura, nas diversas linguagens artísticas, e que esta seja reconhecida pelo poder público na agenda artístico cultural municipal.
- Reforçar a importância da interculturalidade e incentivar o respeito e a socialização intercultural entre comunidades imigrantes, refugiadas e locais; através das manifestações artísticas e culturais representadas pelas/os imigrantes e refugiadas/os, nas suas diversas linguagens.
- Formar e capacitar para a promoção, fortalecimento e capacitação de imigrantes e refugiadas/os que tem muito talento e não participam de espaços por falta de conhecimento e acesso no desenvolvimento de um projeto cultural.
- Realizar um mapeamento dos coletivos culturais e sociais que trabalham com mulheres imigrantes e refugiadas, independentemente de estarem institucionalizados ou não.

Frase de grupo: **“El Arte está em ti, vamos juntas a construir!”**

Endereços:

Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres: Rua Líbero Badaró, 293 - 8º andar blocos A, B, C e D | Edifício Conde de Prates - Centro | Tel.: (11) 2363-9400

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania: Rua Líbero Badaró, 119 Centro | Tel.: (11) 3113-9601 | 3113-9602

CRAI - Centro de Referência de Atendimento para Imigrantes: Rua: Japurá, 234 - Bela Vista | Fone: (11) 3112-0074

Centros de Referência da Mulher: Horário de Funcionamento: 8h às 17h

Centro - Centro de Referência da Mulher 25 de Março - Avenida Prestes Maia, nº 913 Mezanino do CATe Luz | Fone: (11) 3106-1100

Zona Norte - CRM Casa Brasilândia - Rua Silvio Bueno Peruche, 538 - Brasilândia
Fone: (11) 3983-4294 / 3984-9816

Zona Sul - CRM Casa Eliane de Grammont - Rua dr. Bacelar, 20 - V. Clementino
Fone: (11) 5549-9339 / 5549-0335

CRM Maria de Lourdes Rodrigues - Rua dr. Luís da Fonseca Galvão, 145 - Parque Maria Helena, Capão Redondo | Fone: (11) 5524-4782

Zona Leste - CRM Onóris Ferreira Dias - Rua Pedro Soares de Andrade, 664 - Vila Rosaria, São Miguel Paulista | Fone: (11) 2698-0303

Centros de Cidadania da Mulher: Horário de Funcionamento: 8h às 17h

Zona Leste - CCM Itaquera - Rua Ibiajara, 495 - bairro XV de Novembro
Fone: (11) 2073-5706 / 2073-4863

Zona Oeste - CCM Perus - Rua Joaquim Antonio Arruda, 74
Fone: (11) 3917-7890 / 3917-5955

Zona Sul - CCM Capela do Socorro - R. Prof. Oscar Barreto Filho, 350 - Grajaú
Fone: (11) 5927-3102 / 5929-9334

CCM Parelheiros - Rua Terezinha do Prado Oliveira, 119 | Fone: (11) 5921-3935
5921-3665

CCM Santo Amaro - Praça Salim Farah Maluf, s/nº | Fone: (11) 5521-6626

MULHERES IMIGRANTES E REFUGIADAS: LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Fernando Haddad

Prefeito da cidade de São Paulo

Denise Motta Dau

Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres

Felipe de Paula

Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Organizadoras

Lúcia Chiyere Ijeoma Udemezue

Assessoria de Ações Temáticas / SMPM

Elisabete Aparecida Silverio

Assessoria de Participação e Controle Social / SMPM

Viviana Peña

Coordenadora do CRAI

Jennifer Anyuli Pacheco Alvarez

Assessoria de Políticas para Migrantes

Equipe de elaboração de conteúdo

Luciana Elena Vázquez

Edleide Ramos de Souza

Rocio del Pilar Bravo Shuña

Maricela Cardona

Juliana Tubini

Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas

Fotografias

Arquivo frente de Mulheres imigrantes e Refugiadas

Artes

Catalina Ruiz

Jéssica Mendes Nascimento



REALIZAÇÃO



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
POLÍTICAS PARA AS
MULHERES
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA